

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

J. C. Brito

Class.:

Waimiri Atroari

Data

11/05/93

Pg.:

111

Funai espera relatórios para punir Paranapanema

A pesca na área ficou prejudicada com o acidente do Pitinga

Janeide Ferreira

Os relatórios que vão eximir ou atestar a culpabilidade do grupo Paranapanema no acidente ecológico na mina do Pitinga, ocorrido no último dia 29, até ontem ainda não haviam sido concluídos pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente — Ibama, Ima e Inpa — responsáveis pela avaliação dos danos provocados na área, segundo informou o administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Raimundo Catarino Serejo. O órgão depende desses documentos para exigir medidas jurídicas contra a empresa. Uma mancha amarela liberada pelo rompimento de cinco barragens construídas no igarapé do Jacutinga — região de mineração do Pitinga — atingiu aproximadamente 150 quilômetros do rio Alalaú — o mais afetado com o acidente — e seus afluentes, trazendo prejuízos a quase todas as aldeias dos índios Waimiri-Atroari, que fica na região norte do Estado.

O rompimento das barragens além de liberar toneladas de lama pelo rio Alalaú, levou uma grande quantidade de resíduos de cassiterita. As comunidades indígenas estão deixando de utilizar as águas do rio temendo contaminação porque além de cassiterita acreditam que a empresa ex-

plora minério radioativo. Os índios Waimiri-Atroari também estão sendo prejudicados na pesca já que os peixes estão desaparecendo e têm a maior quantidade de peixes utilizado em sua alimentação são retirados do rio Alalaú.

A última informação recebida pela direção da Funai, na sexta-feira, foi que a mancha ainda não tinha desaparecido mas já não avançava com tanta intensidade em direção ao Rio Negro. Raimundo Serejo disse que a tendência é a mancha diminuir uma vez que empresa fez o reparo mas ele diz que os efeitos desse acidente só o tempo vai garantir se comprometeu ou não o ecossistema (fauna e flora daquela área).

O administrador da Funai disse que o objetivo a priori da Funai em entrar com um pro-

cesso na Justiça não é para pedir indenização pelos danos causados, principalmente, aos índios Waimiri-Atroari, mas que as instituições responsáveis pela fiscalização do meio ambiente tomem as providências necessárias e urgentes para que o grupo Paranapanema seja mais responsável com as

Acidentes comuns no Pitinga

Essa não é a primeira vez que surgem denúncias no rio Pitinga do rompimento de diques de contenção, onde as dragas operam a retirada de minério. Desde o primeiro acidente as barragens do Pitinga já foram rompidas quatro vezes. O primeiro acidente desse tipo aconteceu em 1987, provocado pelo alto teor de turbidez no rio Alalaú. Em 1991,

barragens dos diques de decantação. Segundo Serejo não é a primeira vez que esse tipo de acidente acontece na região. "Não temos nada contra a atividade dessa empresa, a nossa questão é quanto à poluição que ela vem motivando nas áreas dos Waimiri-Atroari e o manancial de águas do rio Alalaú e seus afluentes", afirma. Essa população indígena é formada de cerca de 600 índios e desse total em torno de 150 dependem diretamente e 450 indiretamente desse rio para sua alimentação.

A Funai entregou, semana passada, um relatório com fotografias e imagens da área onde aconteceu o acidente ecológico ao procurador geral da República no Amazonas, Carlos Frederico Sales, para que o órgão por qual responde defina que tipo de ação vai tomar contra a empresa Paranapanema. "Nós entregamos todo um dossiê de como os acidentes vêm se verificando ao longo desses anos que a empresa se estabeleceu na área", informou.

foi registrado uma nova ocorrência de menor impacto ambiental. Através de acordo extra judicial com os órgãos ambientalistas, o grupo Paranapanema se comprometeu a investir US\$ 100 milhões em obras preventivas nas áreas de contenção de minério. Mesmo assim os acidentes continuam acontecendo.



Serejo exige responsabilidade